



EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.
CNPJ nº 10.319.371/0001-94

Relatório de Administração

A EBTE auferiu a sua receita em função da disponibilidade nas instalações sob sua operação. Os indicadores que demonstram a disponibilidade no exercício foram:

Dados operacionais:	2023	2022
Disponibilidade (%)	99,96%	99,88%

A disponibilidade representa a proporção entre a quantidade de horas em que as funções de transmissão encontram-se disponíveis em um determinado período e o total de horas no período considerado. **Pesquisa e desenvolvimento - P & D:** Em 2023, a EBTE realizou os projetos: 1. Gestão de P&D 2023/2024; 2. Machine Learning e fadiga multiaxial para cabos condutores; fabricação de dispositivo e desenvolvimento

Balanco Patrimonial
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	Nota	31/12/2023	31/12/2022		Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo				Passivo			
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	19.364	19.045	Debêntures e arrendamento mercantil	7	2.368	13.761
Investimento curto prazo	5	14.212	10.920	Fornecedores		2.697	3.094
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias		2.869	2.147	Imposto de renda e contribuição social a pagar		1.442	1.235
Ativo contratual da concessão	6	54.232	49.986	Outros tributos a pagar		2.963	2.712
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		1.543	2.658	Dividendos a pagar	13	8.190	8.388
Outros tributos compensáveis		932	932	Encargos regulatórios	8	638	1.777
Adiantamento a fornecedores		4.783	4.895	Contribuições e encargos regulatórios diferidos	11	6.643	6.123
Outros ativos		312	1.912	Outros passivos	9	1.227	21.956
		92.247	92.495			26.168	59.466
Ativo Não Circulante				Passivo Não Circulante			
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias		2.338	2.805	Debêntures e arrendamento mercantil	7	94.828	94.782
Ativo contratual da concessão	6	510.945	500.557	Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	39.566	35.412
Outros ativos		266	265	Encargos regulatórios	8	419	308
Imobilizado		260	341	Contribuições e encargos regulatórios Diferidos	11	62.591	61.318
Intangível		12	11	Provisão para compensação ambiental	13	6.442	8.581
		513.821	503.979	Outros passivos	9	14.464	—
				Total do Passivo		218.310	200.401
Total do Ativo		612.068	596.474	Patrimônio Líquido		244.478	259.447
				Capital social	14	278.726	278.726
				Reservas de lucro	14	64.300	58.301
				Proposta de distribuição de dividendos adicionais	14	24.564	—
				Total do Patrimônio Líquido		367.590	337.027
				Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		612.068	596.474

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	Reservas de lucros						Proposta de distribuição de dividendos adicionais		Lucros Acumulados		Total
	Capital Social	Reserva legal	Reserva especial para incentivos fiscais	Reservas de Retenção de Lucros	Reservas de distribuição de dividendos adicionais	Lucros Acumulados	Reservas de distribuição de dividendos adicionais	Lucros Acumulados	Total		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	278.726	4.787	19.091	31.406	—	—	—	38.595	38.595	325.820	
Pagamento de dividendos sobre lucros retidos	—	—	—	(19.000)	—	—	—	(19.000)	—	(19.000)	
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	—	38.595	38.595	38.595	
Destinação proposta à A.G.O.:											
Reserva legal	—	1.930	—	—	—	(1.930)	—	—	—	—	
Incentivo fiscal	—	—	3.112	—	—	(3.112)	—	—	—	—	
Dividendos mínimos obrigatórios	—	—	—	—	—	(8.388)	—	(8.388)	—	(8.388)	
Reserva de retenção de lucros	—	—	—	25.165	—	(25.165)	—	—	—	—	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	278.726	6.717	14.013	37.571	—	—	—	—	—	337.027	
Pagamento de dividendos sobre lucros retidos	—	—	—	(1.000)	—	—	—	(1.000)	—	(1.000)	
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	—	39.753	39.753	39.753	
Destinação proposta à A.G.O.:											
Reserva legal	—	1.987	—	—	—	(1.987)	—	—	—	—	
Incentivo fiscal	—	—	5.012	—	—	(5.012)	—	—	—	—	
Dividendos mínimos obrigatórios	—	—	—	—	—	(8.190)	—	(8.190)	—	(8.190)	
Dividendos adicionais propostos	—	—	—	—	—	24.564	—	(24.564)	—	—	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	278.726	8.704	19.025	36.571	24.564	—	—	—	—	367.590	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
31 de dezembro de 2023

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. ("EBTE") foi constituída como sociedade anônima de capital fechado em 30 de julho de 2008 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua das Olimpíadas, 65 - 8º andar - Sala E - São Paulo - SP. A Companhia é controlada indireta da Alupar Investimento S.A. A EBTE possui o direito de explorar diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão				Data da entrada em operação
Número	Prazo Vigência (anos)	até RAP (°) correção	Índice de comercial	
011/2008	30	2038 63,000	IPCA dez/10	

(*) A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, a ANEEL e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 3.216 de 04/07/2023. Acrescida de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente o valor será de R\$69.641. O contrato de concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da EBTE entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se divulgada na nota explicativa "Ativo contratual da concessão".

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pelo conselho de Administração em 06 de março de 2024. **2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2 Base de preparação e apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requerido pelas normas contábeis. **2.3 Moeda funcional e apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da EBTE. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatos objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: contabilização dos contratos de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação da margem de lucro, determinação das receitas de implementação da infraestrutura de operação e manutenção, determinação da taxa de juros de desconto do ativo contratual, constituição de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos ambientais, fiscais, civis e trabalhistas. **Contabilização de contratos de concessão:** Na contabilização dos contratos de concessão, a EBTE efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e receita de operação e manutenção como ativo contratual. **Momento de reconhecimento do ativo contratual:** A Administração da EBTE avalia o momento de reconhecimento do ativo contratual com base nas características econômicas do contrato de concessão, na medida em que satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão e na medida que incorre com os gastos de operação e manutenção, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos, observando as margens de construção. Após a entrada em operação comercial inicia-se o reconhecimento da receita de O&M calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem. A parcela do ativo contratual indenizável, existente é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. **Determinação da margem de lucro:** A margem de lucro é calculada para cada tipo de obrigação de performance. A margem de construção é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais eles são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. A margem de construção é revisada anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra. A margem de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão. **Determinação da taxa de desconto do ativo contratual:** A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro do ativo contratual na data de início do contrato de concessão, na medida em que características macroeconômicas alinhadas à metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos. Quando o Poder Concedente, por meio da Revisão Tarifária Periódica - RTP, revisa as receitas que a EBTE tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como outras receitas (despesas) operacionais no resultado. **Determinação das receitas de implementação de infraestrutura:** Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto. **Determinação das receitas de operação e manutenção:** Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido considerando a margem de operação e manutenção, conforme contraprestação dos serviços. **PM (Parcela variável):** A Companhia dispõe de um percentual, apurado com base nas

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Reconhecimento da receita: Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os diretos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual tem direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

3.1.1 Receita de implementação de infraestrutura: Refere-se à receita relativa à obrigação de performance relacionada aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo na proporção dos custos incorridos, corrigido pelo índice inflacionário e do diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Para estimar essa receita de implementação de infraestrutura, a Companhia utiliza um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, além de determinados custos do exercício, por esse motivo os projetos embutem margem suficiente visando cobrir os custos em questão e também das contribuições e encargos regulatórios. **3.1.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão:** Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço e de leião. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, que é registrada na rubrica "ativo contratual da concessão" e determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. **3.1.3 Receitas de operação e manutenção:** As receitas de operação e manutenção tem início após a fase de construção e são reconhecidas conforme parâmetros regulatórios definidos no contrato de concessão, as quais embutem margem suficiente para cobrir os custos dos serviços incorridos e também das contribuições e encargos regulatórios. As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e de operação e manutenção estão sujeitas à correção monetária pela variação do IPCA e ao diferimento das contribuições para o Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, bem como Encargos Regulatórios (Reserva Global de Reversão "RGR" e Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica "TFSEE") registrados no passivo circulante e não circulante. **3.1.4 Receitas de juros:** A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A Companhia classifica juros recebidos decorrentes das aplicações financeiras como fluxos de caixa das atividades de investimentos. **3.2 Ativo contratual da concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como provedor de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Ocorre a cessão de posse desses bens, que são operados nas condições previstas no contrato de concessão, para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês é transferida para concessionárias e permissionárias. No cálculo do ativo contratual é estimado no início da concessão, considerando o prazo previsto no contrato e alterado em eventual prorrogação, sendo formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. Em caso de Revisão Tarifária Periódica (RTP), os recebimentos futuros são revisados e os fluxos do ativo contratual são mensurados novamente. Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto da Companhia, que é de 7,05% a.a. e (ii) atualizado pelo IPCA. A remuneração recebida ou a receber é alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Os ativos da concessão são classificados como: Contas a receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias; Após o término da fase de construção, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, mensalmente, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro ao custo amortizado, é registrada em concessionárias e permissionárias, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. **3.3 Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são classificados como "valor justo por meio do resultado". Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial. **3.4 Provisão para redução ao valor de realização de ativos:** A Administração da EBTE revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a EBTE não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos. **3.5 Passivos financeiros:** Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, debêntures e arrendamento mercantil contratados sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. **3.6 Instrumentos financeiros - Apresentação líquida:** Ativos

de aplicativo Android para monitoramento e cálculo da vida residual de linhas de transmissão e 3. Estudo e desenvolvimento de metodologias de inspeção autônoma em linhas de transmissão - Desenvolvimento de Cabeça de Série. Detalhes dos projetos de P&D encontram-se no site www.tb.com.br. **Desempenho econômico-financeiro:** As demonstrações contábeis apresentadas estão em conformidade com o padrão contábil estabelecido pelo International Accounting Standards Boards - IASB, e de acordo com a Lei nº 11.638/07, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's), No exercício de 2023, os resultados da EBTE foram:

Demonstração dos Resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	(Em milhares de reais)		
	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita de operação e manutenção		12.453	11.365
Receita de implementação de infraestrutura		6.342	8.030
Remuneração do ativo contratual da concessão		52.904	55.675
(-) Parcela variável		(364)	(3.791)
Receita Operacional Líquida	15	71.335	71.279
Custo dos Serviços Prestados			
Pessoal		(4.962)	(5.463)
Material e serviços de terceiros		(2.682)	(3.663)
Depreciação e amortização		(80)	(68)
Outros		(720)	(9.069)
Custo de implementação de infraestrutura		(3.841)	(6.299)
Lucro Bruto		59.505	47.617
Despesas Operacionais			
Personal e administradores		(1.189)	(962)
Material e serviços de terceiros		(541)	(611)
Depreciação e amortização		(48)	(45)
Outras despesas operacionais, líquidas		(1.819)	(1.751)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		57.231	45.866
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	16	3.170	3.543
Despesas financeiras	16	(14.692)	(14.549)
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda		45.709	34.860
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(1.802)	(1.036)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10 e 17	(4.154)	4.771
Lucro líquido do exercício		39.753	38.595

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração dos Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	(Em milhares de reais)		
	31/12/2023	31/12/2022	
Lucro líquido do exercício	39.753	38.595	
Outros resultados abrangentes	—	—	
Total do resultado abrangente do exercício	39.753	38.595	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração dos Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	(Em milhares de reais)		
	31/12/2023	31/12/2022	
Lucro líquido do exercício	39.753	38.595	
Outros resultados abrangentes	—	—	
Total do resultado abrangente do exercício	39.753	38.595	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito líquido corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.7 Encargos regulatórios:** Os encargos regulatórios de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Ministério de Minas e Energias (MME), são programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as concessionárias transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. A Reserva Global de Reversão (RGR) é um encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de proveer recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica, sendo que seu valor anual equivale a 2,6% da RAP. Os valores da Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE), são incidentes sobre a transmissão de energia elétrica e são equivalentes a 0,4% da RAP. Estes saldos estão refletidos no passivo circulante e não circulante na rubrica "Contribuições e encargos regulatórios diferidos", o valor destinado a esses programas, conforme período previsto para a realização dos investimentos. **3.8 Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a EBTE possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. **3.8.1 Provisões para contingências:** As provisões para demandas judiciais e administrativas são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.8.2 Provisões para compensação ambiental:** Em função das suas atividades, a Companhia constitui provisões para compensações ambientais. Estas obrigações estão relacionadas a investimentos em unidades de conservação assumidos durante o processo de licenciamento do empreendimento. A contrapartida desta provisão é registrada na rubrica do Imobilizado ou custo de infraestrutura para as transmissoras que aplicam o ICPC 01.

→ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2023

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1 Capital social: O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$28.278,276, representado por 263.058.339 ações ordinárias, sem valor nominal:

	Quantidade de ações		
	Integralizadas	% do capital	
	Ordinárias	Votante	Total
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	134.159.752	51%	51%
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	128.898.587	49%	49%
	263.058.339	100%	100%

14.2 Reservas de lucro: 14.2.1 **Reserva legal:** A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. O saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$8.704 (R\$6.717 em 31 de dezembro de 2022). 14.2.2 **Reserva de incentivo fiscal:** Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC 07, o valor correspondente ao incentivo SUDAM (Decreto nº 4.212/2002) apurado na vigência da Lei foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente será transferido para reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento do Imposto de Renda. O saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$19.025 (R\$14.013 em 31 de dezembro de 2022). 14.2.3 **Reserva de retenção de lucros:** Os valores mantidos em reserva de retenção de lucros serão distribuídos conforme deliberação dos Acionistas e disponibilidade de caixa da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$36.571 (R\$37.571 em 31 de dezembro de 2022). **14.3 Destinação do resultado:** De acordo com o Estatuto Social da EBTE, os acionistas terão direito a receber como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	39.753	38.595
Incentivo fiscal	(5.012)	(3.112)
Constituição da reserva legal	(1.987)	(1.930)
Base de cálculo de dividendos	32.754	33.553
Dividendos mínimos obrigatórios	(8.190)	(8.388)
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	(24.564)	—
Reserva de retenção de lucros	—	(25.165)
Saldo de lucros acumulados	—	—

A Diretoria

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. **Mensuração do ativo contratual:** Conforme divulgado na nota explicativa 3.2 às demonstrações contábeis, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo contratual pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa de performance. Conforme divulgado na

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. - CNPJ nº 10.319.371/0001-94

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta	81.961	81.328
Receita de operação e manutenção	14.308	12.967
Receita de implementação de infraestrutura	7.287	9.162
Remuneração do ativo contratual da concessão	60.784	63.524
(-) Parcela variável	(418)	(4.325)
Deduções da receita operacional	(10.626)	(10.049)
PIS	(1.352)	(1.283)
COFINS	(6.229)	(5.821)
Quota para reserva global de reversão - RGR	(2.131)	(2.115)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(585)	(505)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(329)	(325)
Receita operacional líquida	71.335	71.279

16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras	3.170	3.543
Receita de aplicações financeiras	2.913	3.360
Juros ativos	12	14
Outras receitas financeiras	245	169
Despesas financeiras	(14.692)	(14.549)
Encargos sobre debêntures e arrendamento mercantil	(14.351)	(14.240)
Variação monetária	(83)	(118)
Outras despesas financeiras	(258)	(191)
Resultado financeiro líquido	(11.522)	(11.006)

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurada com base no regime de lucro real e debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	45.709	34.860
Alíquota fiscal	34%	34%
	15.541	11.852
(+) Adição de ajuste a valor presente - IN 1515	13.270	11.236
(-) Exclusão de "AVP" - Art. 84 da IN 1515, de novembro 2014	(17.975)	(18.411)
Despesas e provisões indedutíveis	492	3.350
IFRS 15 O&M e pis-cofins-rgr+taxa	(4.173)	(3.537)
Outras	(24)	(23)
	7.131	4.467
Constituição de passivo (ativo) tributário diferido	4.154	(4.771)
Incentivo Fiscal (i)	(5.010)	(3.112)
(-) Exclusão do Art. 69 Inciso IV da Lei 12.973, de maio 2014	(319)	(319)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	5.956	(3.735)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.802)	(1.036)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.154)	4.771
Taxa efetiva	13,03%	-10,72%

(i) A Companhia obteve o incentivo fiscal (SUDAM) em 2022 para o Imposto de Renda conforme mencionado na nota explicativa 3.10.2. Este incentivo resulta em uma redução da alíquota média do imposto de renda diferido, calculado principalmente sobre o ativo contratual da concessão.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se de seus correspondentes valores de mercado. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a EBTE não tinha contratos em aberto envolvendo operações com derivativos. a) **Classificação dos instrumentos financeiros:** • Caixa e bancos são classificados como pelo custo amortizado. • Equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo são classificados como valor justo por meio do resultado. • Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissivas são classificados como pelo custo amortizado. • Debêntures e arrendamento mercantil, líquidos dos custos a amortizar, e fornecedores são classificados como outros passivos financeiros e mensurados pelo custo amortizado. b) **Hierarquia do valor justo:** A EBTE utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos

financeiros pela técnica de avaliação: • Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e • Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis I e II, nem para dentro ou fora do nível III. A EBTE classifica os saldos de equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo como nível II. c) **Gerenciamento de riscos:** Os principais fatores de risco inerentes às operações da EBTE podem ser assim identificados: • **Risco de crédito** - a EBTE mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a aproximadamente 1.600 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a EBTE mantém contratos regulando a prestação de seus serviços nas demais instalações de transmissão - DIT e também com cláusula de garantia bancária; • **Risco de preço** - as receitas da EBTE são nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA; • **Risco de taxas de juros** - a atualização do contrato de debênture da EBTE está vinculada a variação do CDI; • **Risco de liquidez** - a principal fonte de caixa da EBTE é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e demais instalações de transmissão - DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL. A Administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima uma vez que monitora o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação que julgue adequados para a continuação do negócio. Adicionalmente, variações relevantes nos indexadores que definem as taxas de juros dos financiamentos da Companhia são amenizadas pelo fato do faturamento da Companhia também estar atrelado a índices inflacionários e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

19. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A EBTE oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição e plano de previdência privada de contribuição definida. Não existem benefícios pós-emprego e pagamento baseado em ações.

Contador: Angelo Piovezan - CRC 1SP293614

seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos da Companhia; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de insuficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (xi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo contratual da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na determinação do ativo contratual e das respectivas receitas de construção, assim como as divulgações nas notas explicativas 2.4, 3.2 e 6 são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de

distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 06 de março de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O
Eduardo Wellchen
Sócio Contador - CRC SP-184050/O



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 11/03/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/03/11/EBTE1574798811032024.pdf>

Hash: 17099338852a5041cef6904abe9da6d15dfa72ef18